DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO ESCOLAR: A EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

AMALIA MIURA REGAZIO

Resumo:

A Educação Especial tem se tornado cada vez mais central nas discussões educacionais e nas políticas públicas brasileiras, refletindo um movimento crescente em direção à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais. Apesar de a legislação nacional tratar de forma abrangente o tema, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades na implementação efetiva da inclusão, seja por falta de recursos adequados, de formação profissional ou de práticas pedagógicas adaptadas. Este artigo tem como objetivo geral realizar uma análise bibliográfica e documental sobre a legislação relacionada à Educação Especial, com foco nas normas que regulamentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e suas implicações para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os objetivos específicos do estudo incluem uma reflexão sobre os desafios que as instituições de ensino enfrentam na adaptação do currículo e na criação de estratégias de ensino que atendam às necessidades específicas dos alunos com TEA, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais. A pesquisa, de caráter qualitativo, envolveu a revisão de documentos normativos e estudos acadêmicos sobre a implementação do AEE nas escolas, identificando lacunas e obstáculos no processo de inclusão. Entre os principais desafios apontados, destaca-se a necessidade de desenvolver atividades diversificadas e individualizadas, que possibilitem a evolução das habilidades dos alunos com TEA de maneira eficaz. Além disso, a análise sugere que, para uma inclusão verdadeiramente eficaz, é fundamental que as escolas invistam não apenas na adaptação das práticas pedagógicas, mas também em uma formação contínua e especializada para os professores. A capacitação dos educadores é crucial para lidar com as especificidades de cada aluno com TEA e para garantir que as metodologias de ensino sejam adequadas, inclusivas e sustentáveis a longo prazo. As considerações finais indicam que a implementação de políticas públicas mais robustas e o fortalecimento do AEE são fundamentais para que a inclusão escolar deixe de ser um desafio e se transforme em uma realidade acessível para todos os estudantes com necessidades especiais.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Transtorno do Espectro Autista. Legislação.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial no Brasil tem se consolidado como uma área fundamental dentro do sistema educacional, especialmente no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA). As políticas públicas e a legislação têm avançado consideravelmente, buscando garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas condições.

No entanto, a implementação efetiva desses direitos ainda é um desafio para muitas escolas, que, por diversas razões, não conseguem proporcionar um ambiente verdadeiramente inclusivo. A inclusão educacional exige práticas pedagógicas adaptadas, conhecimento especializado dos profissionais e recursos adequados, fatores nem sempre presentes no cotidiano escolar, o que compromete a eficácia da educação para esses estudantes.

Dentre os principais desafios enfrentados, destaca-se a falta de preparação dos professores para lidar com as especificidades do atendimento aos estudantes com TEA, a escassez de recursos materiais e humanos adequados, e a necessidade de atividades diversificadas que contemplem tanto o desenvolvimento cognitivo quanto socioemocional.

Além disso, a formação dos profissionais da educação e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas são aspectos fre-

quentemente negligenciados, prejudicando o processo de adaptação dos estudantes com deficiência. Esses desafios demandam uma revisão das estratégias pedagógicas e das políticas públicas voltadas para a inclusão, a fim de garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e participação.

A justificativa para este estudo está na crescente necessidade de aprofundar a discussão sobre a Educação Especial, especialmente no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com TEA. A legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão e o Decreto nº 5.626/2005, estabelece diretrizes claras sobre a inclusão escolar, mas a prática educacional ainda encontra obstáculos significativos. Este estudo busca contribuir para a reflexão sobre os métodos de ensino aplicáveis e como as escolas podem melhorar suas práticas para atender às demandas dessa população, com foco na construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acessível.

A metodologia adotada para este estudo é de caráter qualitativo, com revisão

bibliográfica e análise documental sobre a legislação relacionada à Educação Especial e ao Atendimento Educacional Especializado.

O objetivo geral deste artigo é realizar um levantamento detalhado sobre a legislação referente à Educação Especial e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), com ênfase no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Os objetivos específicos incluem discutir as implicações da legislação para a prática educacional, analisar os desafios enfrentados por professores e escolas no processo de inclusão, e refletir sobre as estratégias pedagógicas mais eficazes para o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais dos mesmos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 **PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A SOCIEDADE**

O primeiro estudo sobre o autismo foi realizado nos Estados Unidos pelo médico austríaco Leo Kanner, que, em 1943, descreveu 11 crianças com características semelhantes, sendo 8 meninos e 3 meninas. Esse estudo, pioneiro na área, ajudou a traçar um perfil inicial do transtorno, cujas causas e evolução ainda eram misteriosas.

Na época, o autismo era considerado um transtorno com origens biológicas ainda não completamente compreendidas, e sua manifestação era descrita como um comportamento estranho e desordenado, com dificuldades significativas nas interações sociais e no desenvolvimento cognitivo (KANNER, 1943; AMY, 2001).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é reconhecido hoje como uma condição que afeta a socialização, a comunicação e o comportamento de crianças e adultos. Indivíduos com TEA apresentam uma grande variedade de características e níveis de severidade, o que torna a compreensão do transtorno complexa e multifacetada.

As manifestações típicas incluem a dificuldade de socialização, a falta de interesse em interações sociais, o apego a rotinas rígidas, dificuldades na comunicação verbal, e, em casos mais graves, crises de agressividade. Os estudos

indicam que o TEA envolve um desenvolvimento motor, cognitivo e psicológico abaixo da média, com impactantes consequências nas habilidades de fala, comportamento e interações sociais (KOHANE et al., 2012).

Em 2013, o termo "autismo" foi substituído por "Transtorno do Espectro Autista", englobando, entre outras condições, a Síndrome de Asperger. Além das dificuldades comportamentais e de socialização, as crianças com TEA frequentemente enfrentam desafios significativos no processo de aprendizagem. Isso ocorre porque há uma diferença no processamento de informações no cérebro dessas crianças, o que impede que elas transformem plenamente as informações recebidas em conhecimento (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

Assim, o trabalho pedagógico com esses estudantes exige um profundo entendimento

das diferenças individuais e da necessidade de estratégias que integrem não apenas a socialização, mas também o desenvolvimento cognitivo. A Nota Técnica do Ministério da Educação (2013) propõe a utilização de Práticas Baseadas em Evidências (PBE) no campo da Tecnologia Assistiva, visando facilitar a comunicação alternativa e aumentativa para esses estudantes.

Contudo, a implementação dessas práticas nas escolas brasileiras ainda é insuficiente, e a formação continuada de educadores para trabalhar com estudantes com TEA é frequentemente limitada (NASCIMENTO et al., 2016).

É fundamental que as habilidades específicas das crianças com TEA sejam levadas em consideração durante o planejamento pedagógico. Investir no desenvolvimento das habilidades desses estudantes é uma prioridade, já que suas dificuldades não podem ser simplesmente ignoradas, mas sim trabalhadas de forma específica e adaptada às suas necessidades.

Além disso, o apoio das famílias é crucial para garantir que as crianças recebam as condições adequadas para o seu desenvolvimento, autonomia e integração social. A formação do professor, portanto, deve ser contínua, com paciência e dedicação, e deve incluir o uso de metodologias que considerem as particularidades do transtorno, como atividades lúdicas que promovem a interação social e a coordenação motora. Essas atividades são essenciais para engajar a criança no processo de aprendizagem, ajudando-a a se integrar ao ambiente escolar e a se desenvolver de maneira significativa (SCHWARTZMAN e ASSUNÇÃO JUNIOR, 1995).

O processo de inclusão começou a ser estruturado principalmente na Europa,

com os primeiros movimentos voltados para o atendimento a deficientes, refletindo mudanças significativas nas atitudes dos grupos sociais. Essas mudanças se traduziram em medidas educacionais que foram progressivamente expandidas, chegando aos Estados Unidos, Canadá e, posteriormente, ao Brasil (MAZZOTA, 2005, p. 17).

No Brasil, a mudança significativa só ocorreu no século XIX, com a criação de centros especializados para atender às necessidades educacionais de pessoas com deficiência. Um dos primeiros marcos foi a fundação, em 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e, três anos depois, a criação do Instituto dos Surdos Mudos, inicialmente uma instituição particular, mas que passou a atender pessoas de baixa renda após a promulgação da Lei nº 939/1956.

Em 1926, o Instituto Pestalozzi foi fundado para atender pessoas com deficiência mental, e, na mesma época, o termo “excepcional” substituiu expressões pejorativas como “deficiência mental” e “retardo mental”. O Instituto Benjamin Constant, fundado em 1947, também desempenhou um papel fundamental, oferecendo cursos para a formação de professores que atuariam com estudantes cegos ou com deficiência visual.

Ao longo do tempo, o movimento pela inclusão se fortaleceu com eventos internacionais, como a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca em 1994, sob os auspícios da UNESCO. Este evento ressaltou a necessidade de integrar estudantes com deficiência nas classes comuns e promover políticas públicas que favorecessem sua inclusão.

Seguindo esse movimento, a Convenção da Guatemala, ratificada no Brasil por meio do Decreto n.º 3.956/2001, foi crucial para a eliminação das discriminações contra pessoas com deficiência. Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) reforçou a construção de uma escola inclusiva como um dos maiores avanços na década da educação. No entanto, o PNE também apontou desafios contínuos, como a falta de formação continuada dos educadores, a acessibilidade nas escolas e a necessidade de um atendimento educacional especializado adequado, fatores que ainda dificultam a plena implementação da educação inclusiva no Brasil (BRASIL, 2007).

2.2 DISCUTINDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) vai além da simples

presença dele na sala de aula. O verdadeiro processo de inclusão exige a oferta de oportunidades de aprendizagem que atendam às necessidades específicas de cada estudante.

Para que a inclusão seja efetiva, a escola deve estar comprometida com o desenvolvimento, utilizando materiais e metodologias que proporcionem uma aprendizagem individualizada, levando em conta as particularidades de cada criança com TEA. Uma das dificuldades comuns é que as informações recebidas por esses estudantes não são completamente processadas, o que exige uma abordagem pedagógica diferenciada, atenta às necessidades desses estudantes e ao cumprimento de seus direitos educacionais (NASCIMENTO et al., 2016).

Orrú (2012) destaca que um dos principais desafios no desenvolvimento de crianças com TEA são os déficits na comunicação e linguagem, o que pode resultar em um desenvolvimento mais tardio. Isso reforça a importância de atividades diferenciadas que estimulem a comunicação e o desenvolvimento dessas crianças.

Cruz (2014) argumenta que a percepção do grupo social em que a criança está inserida frequentemente leva à visão equivocada de que ela possui um "desenvolvimento inferior" em comparação a outras crianças. O processo educacional, portanto, deve ser visto como uma oportunidade para promover a interação e o desenvolvimento das habilidades dessas crianças, levando em consideração suas capacidades individuais.

O papel do professor é fundamental para o desenvolvimento social e educacional da criança com TEA. O uso de todos os recursos disponíveis para estimular a socialização, a aquisição de linguagem e a adequação de comportamentos é essencial para garantir que essas crianças se sintam incluídas e acolhidas. Além disso, é necessário considerar aspectos como as dificuldades de comunicação e as alterações repentinas de humor, que são comuns entre crianças com TEA, para criar um ambiente de aprendizado mais adequado e acolhedor (PEREIRA et al., 2013).

Entretanto, a inclusão escolar ainda enfrenta resistências e desafios. A presença de estudantes com deficiência nas classes regulares muitas vezes provoca frustração e insegurança nos professores, que se deparam com a falta de formação

continuada e a falta de estratégias pedagógicas adequadas para lidar com as especificidades dos estudantes com TEA (MATOS e MENDES, 2014).

A falta de comunicação aberta entre professores e famílias também pode ser um obstáculo, especialmente quando os responsáveis não reconhecem ou aceitam as necessidades educacionais (BRASIL, 2013).

Assim, é fundamental fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre educadores, gestores e famílias para garantir que a educação inclusiva seja uma realidade efetiva e de qualidade. A participação ativa das famílias é um fator determinante para o sucesso do processo de inclusão, sendo necessária uma colaboração contínua com a escola, não apenas para acompanhar o desempenho da criança, mas também para promover um ambiente mais inclusivo e propício ao seu desenvolvimento (CASTRO e REGATTIERI, 2009; POLONIA e DESSEN, 2007).

2.3 IMPLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional exige a consideração de uma série de fatores que envolvem a legislação, os desafios enfrentados pelas escolas e professores, e a aplicação de estratégias pedagógicas adequadas para o desenvolvimento integral (BASÍLIO e MOREIRA, 2014).

A legislação brasileira tem avançado significativamente ao reconhecer a importância da educação inclusiva e garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, como é o caso dos estudantes com TEA. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece que a educação deve ser promovida e incentivada com o objetivo de garan-

tir o acesso, a permanência e o sucesso nas instituições de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, também reforça esse compromisso ao assegurar que a educação especial seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, como forma de promover a inclusão social.

A partir da Lei nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência, a educação inclusiva foi consolidada como um direito fundamental dos estudantes com deficiência, incluindo os com TEA (NASCIMENTO et al., 2016).

A legislação estabelece que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado (AEE), que deve ser realizado por meio de uma abordagem personalizada e ajustada às necessidades dos estudantes com TEA. No entanto, a implementação plena dessa legislação ainda enfrenta desafios práticos nas escolas, devido à falta de recursos e à formação insuficiente dos educadores. A legislação, embora clara em seus objetivos, exige esforços contínuos para que se traduzam em mudanças efetivas dentro das salas de aula.

Apesar do marco legal que assegura a inclusão, os desafios para a efetivação desse direito são muitos e complexos. Um dos principais obstáculos enfrentados pelos professores e escolas é a falta de preparação para lidar com a diversidade das necessidades desses estudantes (BASÍLIO e MOREIRA, 2014).

De acordo com Azevedo (2017), menos de 20% dos profissionais da educação têm formação específica ou continuada em Educação Especial, o que impede a aplicação eficaz das estratégias pedagógicas necessárias para atender às particularidades dos estudantes com TEA. Além disso, a ausência de políticas públicas de capacitação contínua dificulta o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas.

Outro desafio significativo é a falta de recursos materiais e humanos adequados para a implementação de um AEE eficiente. Muitas escolas não contam com profissionais especializados, como psicopedagogos ou terapeutas ocupacionais, que poderiam ajudar a promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo. Além disso, a escassez de materiais pedagógicos adaptados às necessidades dos estudantes com o transtorno também limita as possibilidades de um ensino diferenciado.

A falta de apoio das famílias também é um fator complicador, já que muitas vezes os pais não têm clareza sobre o papel que devem desempenhar no processo educativo de seus filhos, o que pode gerar dificuldades na parceria escola-família.

Para que a inclusão de estudantes com TEA seja eficaz, é imprescindível que as estratégias pedagógicas adotadas considerem as especificidades desse transtorno, promovendo o desenvolvimento tanto das competências cognitivas quanto socioemocionais. A educação desses estudantes deve ser baseada em

abordagens pedagógicas que favoreçam a comunicação, a socialização e a autonomia, sempre respeitando as limitações e potencialidades de cada estudante (KOHANE et al., 2012).

Entre as estratégias pedagógicas mais eficazes, destacam-se as atividades lúdicas, que são fundamentais para o desenvolvimento da coordenação motora, habilidades sociais e emocionais. As atividades que envolvem jogos, brincadeiras e dinâmicas de grupo permitem que a criança com TEA interaja com seus colegas, ao mesmo tempo em que trabalha habilidades cognitivas como a resolução de problemas e a compreensão de regras.

A utilização de tecnologias assistivas também tem se mostrado uma ferramenta importante, permitindo que as crianças com dificuldades de comunicação se expressem de maneira mais eficiente, como no caso de sistemas de comunicação alternativa e aumentativa.

Além disso, o uso de estratégias individuali-

zadas é essencial. O ensino individualizado permite que o estudante com TEA tenha um ritmo de aprendizagem próprio, sem pressões externas que possam dificultar seu desenvolvimento. A personalização do ensino pode envolver o uso de materiais didáticos adaptados, a realização de atividades de repetição e reforço, e o acompanhamento de um profissional especializado, como um psicopedagogo ou terapeuta ocupacional, para garantir o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais de forma equilibrada (BASÍLIO e MOREIRA, 2014).

Em relação às competências socioemocionais, é necessário que a escola crie um ambiente acolhedor e seguro, onde o estudante se sinta valorizado e respeitado. Estratégias que envolvam o ensino explícito de habilidades sociais, como a gestão das emoções, a empatia e o respeito ao outro, são fundamentais para promover a inclusão efetiva desses estudantes no ambiente escolar. Além disso, o professor deve ser capaz de identificar e manejar os comportamentos desafiadores que podem surgir, como a agressividade ou o isolamento social, de forma tranquila e construtiva, sempre com o apoio da equipe pedagógica e das famílias (POLONIA e DESSEN, 2007).

A inclusão de estudantes com o transtorno na educação regular representa um grande avanço nas políticas educacionais, mas a efetivação desse processo exige um trabalho contínuo que envolva a revisão e a implementação das legislações pertinentes, a superação dos desafios enfrentados pelas escolas e

professores, e a adoção de estratégias pedagógicas eficazes para o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais desses estudantes (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

Para que a inclusão seja bem-sucedida, é fundamental que a escola seja um espaço de acolhimento, onde as necessidades dos estudantes sejam respeitadas e atendidas de forma personalizada. Além disso, é imprescindível que os educadores recebam a formação necessária para atuar de maneira efetiva e que haja uma colaboração constante entre escola, família e profissionais especializados. Só assim será possível garantir o sucesso da inclusão educacional para todos os estudantes, independentemente de suas características e necessidades.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes com o Transtorno no sistema educacional é um processo desafiador, mas essencial para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todos . A análise das implicações da legislação brasileira, dos desafios enfrentados pelos professores e escolas, e das estratégias pedagógicas mais eficazes para o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais revela que, embora o caminho para a inclusão ainda seja longo, há avanços significativos a serem celebrados.

A legislação brasileira tem se consolidado como um marco importante, oferecendo um suporte teórico e normativo que garante o direito à educação de qualidade para os estudantes com TEA. Contudo, a efetivação de tais direitos depende, em grande parte, da adequação das práticas educacionais e da capacitação contínua dos profissionais da educação.

Os desafios identificados, como a falta de formação específica para os educadores, a carência de recursos pedagógicos e humanos adequados, e a falta de um apoio mais sistemático por parte das famílias, são obstáculos que comprometem a eficácia do processo de inclusão. Entretanto, esses desafios não são insuperáveis. A adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas, como atividades lúdicas,

o uso de tecnologias assistivas, e o planejamento educacional individualizado, são caminhos viáveis para promover o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais com o transtorno. Além disso, é crucial que a escola se torne um

ambiente de acolhimento e compreensão, onde as habilidades e necessidades de cada um sejam reconhecidas e respeitadas.

Para que o processo de inclusão seja verda-

deiramente eficaz, é necessário um compromisso conjunto entre escolas, professores, famílias e órgãos governamentais. A formação continuada dos educadores, a implementação de políticas públicas mais abrangentes, e a criação de redes de apoio entre os diferentes atores sociais são fundamentais para que as práticas pedagógicas voltadas para o ensino desses estudantes sejam realmente eficazes. Assim, a educação inclusiva pode se tornar uma realidade plena e efetiva, garantindo que todos, independentemente de suas características, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver todo o seu potencial.

Em síntese, a inclusão de estudantes com TEA é um processo que exige comprometimento, recursos e estratégias adequadas. No entanto, com o avanço da legislação, a superação dos desafios educacionais e a aplicação de práticas pedagógicas eficazes, é possível construir um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário, promovendo uma sociedade mais justa e plural para todos.

REFERÊNCIAS

AMY, M.D. **Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação Terapêutica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

AZEVEDO. M. O. **Práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017, 153 p.

BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão**. Disponível em: google.com.br/url?sa=t&rct=j &q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK Ewjc1oXFs vOLAxVakZUCHbwTDiwQFnoECBI QAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.refaf.com.b r%2 Findex.php%2Frefaf%2Farticle%2Fdown load%2F265%2Fpdf&usg=AOvVaw3oW-VzJKc GATBtivjVUhl6&opi=89978449. Acesso 04 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Nota Técnica n. 24/2013/MEC/SECADI/DPE**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, 2013.

BRASIL. **Portaria normativa nº 13.** Programa de Implantação de Salas de Recursos

Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option =com_content&view=article&id=17430&Ite mid=817>. Acesso em: 04 mar. 2025.

CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. **Interação Escola família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular**. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

KANNER, L. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. Nervous Child, 1943, n. 2, p. 217-250.

KOHANE, I.,S.; MCMURRY, A.; WEBER, G. **The Co-Morbidity Burden of Children and Young Adults with ASD**. PlosOne 7:e33224, 2012.

MATOS, S.N.; MENDES, E.G. **A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementações das políticas educacionais**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, Jan./Jun., 2014.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

ORRÚ, E.S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SCHWARTZMAN, S.J; ASSUNÇÃO, JR. F.B. **Autismo Infantil**. São Paulo, 1995.